

## Apresentação

O advento do neoliberalismo econômico a partir da década de 1980, com as intervenções de Margaret Thatcher, Ronald Reagan e do chamado Consenso de Washington, enterrou o denominado Estado de bem-estar social, construído a muito custo desde a II Guerra Mundial nos países democráticos ocidentais. As regras da “gouvernementalité”, que outorgavam ao Estado o controle e a ordem social, bem como a responsabilidade de facilitar uma vida econômica plena a cada indivíduo, entraram em crise e o cidadão, agora simples *homo æconomicus*, passou a ser um “entrepreneur de lui-même”, empresário de si próprio, nas palavras de Foucault. Desse ponto de vista, o trabalho deixou de ser um espaço de autorrealização e de significação do mundo, como propusera, no século XIX, Marx, que foi, ao mesmo tempo, o principal acusador do caráter alienante que o trabalho poderia assumir sob a égide do capitalismo. Devido a isso, a cultura do trabalho transformou-se, com o tempo, numa cultura de revolta contra a globalização, a imigração e os Direitos Humanos: a antessala do populismo que paira hoje por toda a geografia ocidental.

Pouco antes da grande recessão mundial (2008–2016), o Brasil teve um inegável desenvolvimento econômico-social que o fazia alinhar-se com os modelos de Estado de bem-estar, embora com as mazelas históricas próprias (altíssima desigualdade social de partida, racismo sonogado, etc.). A irrupção de propostas políticas neoliberais num país com ainda escassas estruturas sociais financiadas pelo Estado (educação, saúde, comunicações, etc.) e com uma elite político-econômica dominada por uma ideologia do imediatismo – o Brasil ainda como espaço colonial de passagem –, trouxe uma gravíssima crise política, social e econômica. Nesse quadro, o que passaria a unir os cidadãos e cidadãs do país seria a desigualdade, mais acerbada ainda do que noutros países com regimes políticos equiparáveis.

Perplexos, acompanhamos o ressurgimento de soluções de tipo fascista junto a importantes setores da sociedade, que já se apresentam sem quaisquer constrangimentos, rosnando contra qualquer hipótese de defesa civilizacional do indivíduo, da tolerância e da solidariedade. Em

um momento tão infeliz de nossa história, nos vemos, uma vez mais, na contingência de ter que mobilizar tudo o que de melhor dispomos na luta contra o autoritarismo, onde quer que ele se expresse. Diante de tal desafio, não há como desconhecer o papel central da reflexão crítica da arte e da sociedade.

A crise atual é também uma crise cultural. O recente episódio do incêndio do Museu Nacional serve de exemplo dessa situação, pois não seria um caso fortuito, mas um projeto consciente de descaso com a educação e o patrimônio cultural, histórico e científico por parte do próprio Estado. A literatura, como instituição, também tem um patrimônio físico a ser conservado – manuscritos, textos autógrafos, primeiras edições, etc. –; no entanto, depende menos da unicidade do objeto para a sua divulgação e recepção. É nesse sentido que a literatura, mesmo num país de letramento precário, pode ser um excelente espelho para, no âmbito da ficção, descrever, criticar e até sonhar as relações que os indivíduos estabelecem com o trabalho. O presentismo do ato de ler traz o passado e o longínquo para a imediata atualidade da pessoa que lê. Resta ao indivíduo estabelecer um diálogo crítico com o texto para ganhar autonomia cultural como pessoa.

Refletir com as armas da melhor teoria – conhecida e disponível –, a fim de deslindar o problema da representação artística *vis-à-vis* à sociedade, uma vez mais, está no centro dos questionamentos sobre a arte. Não exageramos ao reconhecer, na literatura, um dispositivo importante na luta pela democracia e pela liberdade. Saber identificar essa dimensão, em momentos historicamente dramáticos como o que estamos vivendo, deixa de ser apenas a manifestação de preferência pessoal para constituir um exercício indispensável da lucidez frente à barbárie.

Não surpreende, portanto, que o presente número de *O Eixo e a Roda*, centrado na categoria trabalho, reúna um conjunto significativo de ensaios e de resenhas em que o tema clássico, aludido nos parágrafos anteriores, é retomado. A sondagem crítica da sociedade contemporânea, com seus desafios e perplexidades, novamente, procura em Machado de Assis um aliado. Três artigos são dedicados ao escritor, dentre os quais destacamos o de Kelly Yshida, que analisa a integração de trabalhadores asiáticos no Brasil a partir das crônicas de Machado. Yshida mostra como, em larga medida, ele se valia tanto de notícias quanto de livros e de telegramas internacionais aos quais ele teve acesso. Com esse material, o escritor montava um painel sobre os imigrantes asiáticos e sua inserção no trabalho da lavoura.

Vinícius Carvalho Pereira e Mark Sabine, com base nos pressupostos teóricos da ecocrítica, vão sustentar que a poesia de Silva Freire (*Águas da salvação*) encerra uma reflexão lírica das relações tensas entre o homem e a natureza, pelo viés do trabalho em ambiente inóspito e agreste do espaço rural do Cerrado.

Maria Cecília Boechat mostra a metonímia como procedimento estruturante da narrativa do conto “A enxada”, de Bernardo Élis. A autora procura contrabalançar o peso excessivo das leituras centradas no que denomina “viés sociológico” com a proposição de uma leitura que valoriza a linguagem e a tradição literária brasileira, mediante a consideração de um episódio de *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida.

Em seguida, Enrique Rodrigues-Moura, em “‘Se fingiu de morto, se fez de invisível’: trabalho e mobilidade social em textos de Rubens Figueiredo”, debruça-se sobre os romances *Barco a seco* (2001) e *Passageiro do fim do dia* (2010), com o propósito de sondar a persistência das iniquidades sociais como uma espécie de projeto às avessas, que, em última análise, parece funcionar como uma espécie de obstáculo (intransponível?) à busca, por parte dos pobres, pela ascensão social e pela obtenção de capital cultural, em uma sociedade tão assimétrica como a brasileira.

“De que forma os escravos aparecem nos romances do Segundo Reinado?” A indagação é o ponto de partida para que André Dutra Boucinhas proponha, em seu artigo, uma periodização do tema da escravidão nos romances brasileiros em um momento agudo de modernização econômica na segunda metade do século XIX. O autor empenha-se em resgatar, sobretudo, as obras que estiveram à margem do cânone, sem se descolar, contudo, dos “canônicos”, lançando mão do método do pesquisador italiano Franco Moretti, que valoriza o levantamento minucioso de dados (gênero do protagonista, uso do indireto livre, da palavra *burguês*, etc.), que serão devidamente tabulados. Um trabalho dessa natureza preenche uma lacuna nos estudos literários, uma vez que permite construir hipóteses e perspectivas analíticas assentadas em dados empíricos.

O artigo “‘Palavras suaves para os operários’: trabalho e trabalhadores no projeto literário de Carolina Maria de Jesus” propõe uma reflexão detida sobre a categoria trabalho, tomando por base as obras *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960) e *Diário de Bitita* (1986), ambas de autoria de Carolina Maria de Jesus. Segundo os autores Fernando Pureza e Juliane Welter, as narrativas carolineanas sedimentam

uma dialética peculiar centrada na relação trabalho/trabalhador, em cujo âmbito se configura um conjunto importante de contradições, que, no limite, nos levam a pensar, em outra perspectiva, o mundo do trabalho.

Para finalizar, com interesse em mostrar outro ângulo da questão a que se dedica o dossiê “Literatura Brasileira e Trabalho”, apresentamos ao leitor uma entrevista com o escritor Luiz Ruffato, que, por meio de sua obra – premiada e reconhecida pela crítica e pelo público leitor – e de suas intervenções, recupera o tema do trabalho e procura inseri-lo no centro do debate literário contemporâneo.

*A comissão organizadora*

Marcos Rogério Cordeiro  
Luis Alberto Nogueira Alves  
Enrique Rodrigues-Moura